



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Licenciatura em Direito (ano lectivo 2020/2021)

Unidade curricular

Direito Processual Civil I (Turma Noite)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Professora Doutora Isabel Alexandre – 4 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Mestre Iolanda Bastos (4 horas semanais)

Dr.^a Susana Coelho (4 horas semanais)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Compreender a relevância do Direito Processual Civil, enquanto ramo do Direito, para a tutela das situações jurídicas substantivas, identificar os principais problemas que a tutela desses direitos coloca e apreender os conceitos básicos do Direito Processual Civil, enquanto disciplina científica. Conhecer as traves mestras da organização judiciária portuguesa. Analisar os pressupostos processuais relativos ao tribunal e às partes e compreender as consequências da falta do seu preenchimento.

Conteúdos programáticos

I. Noções introdutórias de direito processual civil

1. O processo civil como objecto do direito processual civil

- a) Estrutura do processo civil
 - Sequência de actos jurídicos
 - Ordenação dos actos processuais em fases
 - Processo rígido e flexível
- b) Fim do processo civil
 - Processo declarativo: noção e espécies de acções declarativas
 - Processo executivo: noção, título executivo e espécies de acções executivas
 - Relação entre o processo declarativo e o processo executivo
 - Procedimentos cautelares
 - Fim e resultado do processo civil: a possibilidade de o processo não atingir o seu fim
 - Pressupostos processuais e condições da acção ou condições de procedência da acção (remissão para a noção de pressupostos processuais)
- c) Objecto do processo civil
 - A indefinição da lei: pretensão, conflito de interesses, relação material controvertida, litígio
 - Pedido e causa de pedir
- d) Sujeitos do processo civil
 - Tribunal: noção; reserva da função jurisdicional
 - Partes: noção; designações
 - Partes principais e partes acessórias
 - Partes e titulares do objecto do processo
 - Sujeitos processuais e intervenientes acidentais
- e) Meio do processo civil
 - O princípio da proibição da justiça privada
 - A justiça pública
 - Os direitos fundamentais consagrados no art. 20º da Constituição
 - Garantias da função jurisdicional (arts. 202º e ss. da Constituição)
 - A justiça estadual e a resolução alternativa de litígios



- f) Formas do processo civil
 - Processo comum
 - Processo especial: processos especiais do CPC e de outros diplomas
 - Relação entre as formas do processo civil e as espécies de acções
 - Processos de jurisdição voluntária e processos de jurisdição contenciosa
 - Referência breve às fases do processo comum de declaração
 - Adequação formal
 - Valor da causa e forma do processo
2. O processo civil e os outros processos jurisdicionais (alguns exemplos)
 - Processo penal
 - Processo administrativo
 - Processo do trabalho
3. Noção de direito processual civil
4. Características do direito processual civil
 - a) Direito público
 - b) Direito adjectivo
 - c) Direito instrumental
5. História breve do direito processual civil português
 - Ordenações
 - Reforma Judiciária, Nova Reforma Judiciária e Novíssima Reforma Judiciária
 - Código de Processo Civil de 1876
 - Código de Processo Civil de 1939
 - Código de Processo Civil de 1961: referência às suas principais alterações e, em especial, à revisão de 1995-1996
 - Código de Processo Civil de 2013 (CPC)
6. Fontes actuais do direito processual civil português
 - a) Internacionais
 - b) Europeias
 - c) Nacionais
 - CPC: a sistematização do Código
 - Referência a outra legislação mais relevante
7. Princípios do direito processual civil
 - a) Princípio da igualdade das partes
 - b) Princípio do contraditório
 - c) Princípio do dispositivo: manifestações; princípio do inquisitório; princípio da oficiosidade
 - d) Princípio da cooperação
 - e) Princípio da boa-fé
 - f) Princípio da gestão processual
 - g) Princípio da economia processual
 - h) Princípio da submissão aos limites substantivos
 - i) Princípio da tutela provisória da aparência
8. Interpretação, integração e aplicação no tempo e no espaço das leis processuais
9. Importância prática do direito processual civil
10. O direito processual civil como disciplina científica



11. O ensino do direito processual civil na FDUL

- Divisão na Licenciatura
- Mestrados

II. Actos processuais

1. Noção de acto processual
2. Actos processuais e factos processuais
3. Actos mistos
4. Actos do tribunal
 - Actos do juiz
 - Actos da secretaria
5. Actos das partes
 - Actos em sentido estrito e negócios processuais
 - Actos postulativos e actos constitutivos
6. Forma dos actos processuais
7. Lugar da realização dos actos processuais
8. Prazos dos actos processuais
 - Prazos dilatatórios e peremptórios
 - Prazos gerais
 - Justo impedimento
9. Falta e vícios da vontade nos actos processuais
10. Nulidades dos actos processuais
 - Nulidades do processo ou nulidades processuais e nulidades da sentença
 - Nulidades principais ou nominadas e secundárias ou inominadas
 - Diferença entre as nulidades processuais e as nulidades do direito substantivo
 - Diferença entre as nulidades processuais e a falta de pressupostos processuais

III. Pressupostos processuais

1. Noção
2. Classificações
3. Exemplos de pressupostos processuais
4. Falta de preenchimento dos pressupostos processuais
 - Sanação do vício
 - Excepção dilatatória
 - Indeferimento liminar, absolvição da instância, remessa do processo para o tribunal competente
 - Possibilidade de proferimento de decisão de mérito

IV. Tribunal

1. Categorias de tribunais na organização judiciária portuguesa (art. 29º da LOSJ)



2. Hierarquia dos tribunais judiciais: Supremo Tribunal de Justiça; tribunais da Relação; tribunais judiciais de 1ª instância
3. Alçada dos tribunais em matéria cível
4. Pressupostos processuais relativos ao tribunal: significado e abrangência do conceito
5. Sujeição à jurisdição portuguesa
 - Noção
 - Referência às imunidades de jurisdição
6. Competência internacional dos tribunais portugueses
 - Noção
 - Competência internacional directa e indirecta
 - Lei reguladora da competência internacional
 - Âmbito de aplicação e principais critérios do Regulamento (UE) n.º 1215/2012
 - Referência breve a outros regulamentos europeus sobre competência internacional
 - Aferição da competência internacional à luz do CPC
 - A relevância da vontade das partes: os pactos de jurisdição
7. Competência na ordem jurídica interna
 - Noção
 - Os critérios constantes da LOSJ e do CPC (matéria, hierarquia, valor, forma de processo e território)
 - Aplicação do ROFTJ na identificação do tribunal competente
 - Articulação entre a competência dos tribunais judiciais e dos julgados de paz
 - A relevância da vontade das partes: os pactos de competência
 - Extensão e modificação da competência
8. Competência dos tribunais do Estado
 - Tribunais do Estado e tribunais arbitrais
 - Convenções de arbitragem
9. Incompetência internacional
 - Regime do Regulamento (UE) n.º 1215/2012
 - Regime do CPC
10. Incompetência na ordem jurídica interna
 - Em razão da matéria
 - Em razão da hierarquia
 - Em razão do valor
 - Em razão da forma de processo
 - Em razão do território
11. Preterição de tribunal arbitral
12. Conflitos de jurisdição
13. Conflitos de competência
14. Impedimentos
15. Suspeições

V. Partes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Pressupostos processuais relativos às partes
 - Noção
 - Elenco
2. Personalidade judiciária
 - Noção
 - Medida e extensão da personalidade judiciária
 - Consequências da falta de personalidade judiciária
3. Capacidade judiciária
 - Noção
 - Medida
 - Suprimento da incapacidade judiciária
 - Efeitos da incapacidade judiciária não suprida
4. Legitimidade
 - Noção
 - Aferição da legitimidade singular directa
 - Legitimidade singular indirecta ou substituição processual
 - Tutela de interesses difusos
 - Litisconsórcio: noção; modalidades
 - Ilegitimidade
5. Interesse processual ou interesse em agir
 - Noção
 - Consequências da sua falta
6. Patrocínio judiciário
 - Noção
 - Constituição obrigatória de advogado
 - Falta de constituição de advogado
 - Falta, insuficiência e irregularidade do mandato
7. Intervenção de terceiros
 - Intervenção principal
 - Intervenção acessória
 - Oposição

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O estudo (designadamente) da função instrumental do processo civil, dos princípios do Direito Processual Civil e da natureza subsidiária deste ramo do Direito face a outros ramos do Direito Processual permitirá aos Alunos compreender a relevância do Direito Processual Civil para a tutela dos direitos. O confronto entre o processo civil e os outros modos de resolução de litígios permitirá aos Alunos identificar os principais problemas que a tutela dos direitos coloca. O estudo de certos conceitos, como o de pressuposto processual, será para os Alunos um estudo formativo para muitas outras disciplinas jurídicas. A matéria da competência será leccionada em articulação com a da organização judiciária, o que permitirá aos Alunos conhecer as várias categorias de tribunais e as relações entre eles. O estudo dos pressupostos processuais relativos às partes será realizado em articulação com o das consequências da sua não verificação, o que permitirá aos Alunos apreender a importância da verificação daqueles e a relevância do próprio conceito de pressuposto processual, sob o ponto de vista científico e na prática dos tribunais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas serão essencialmente expositivas, sem prejuízo da ilustração das matérias com casos práticos e da resolução, sempre que possível, de dúvidas colocadas pelos Alunos durante as aulas. As aulas práticas consistirão na



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

realização de hipóteses pelos alunos, no esclarecimento de dúvidas emergentes do estudo, na análise de jurisprudência e no debate de problemas colocados pelo Docente e/ou pelos Alunos, sem prejuízo da exposição da matéria pelo Docente, quando tal se justifique pela orientação dos alunos e sistematização da matéria trabalhada em aula. Os Alunos serão incentivados a analisar criticamente e fundamentadamente a doutrina e a jurisprudência e os Docentes dar-lhes-ão apoio nessa tarefa. A participação dos Alunos em aula corresponderá a metade da nota da avaliação contínua, nos termos do art. 15º, n.º 2, do Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A combinação entre o ensino teórico e o prático e o enfoque dado à orientação dos Alunos pelos Docentes e à problematização e observação da realidade judiciária permitirá aos Alunos obter uma formação sólida em Direito Processual Civil, que poderão complementar com especializações, mais tarde, em outras áreas processuais.

Bibliografia principal

Assinalam-se apenas obras portuguesas de âmbito geral. As obras referentes a pontos específicos do programa, bem como as obras estrangeiras, serão referenciadas nas aulas teóricas e práticas.

- ALMEIDA, Francisco Manuel Lucas Ferreira de, Direito processual civil, vols. I (3ª ed.) e II (2ª ed.), Almedina, 2019
- AMARAL, Jorge Augusto Pais de, Direito processual civil, 15ª ed., Almedina, 2019 (reimpr. 2020)
- ANDRADE, Manuel Augusto Domingues de, Noções elementares de processo civil (com a colaboração do Prof. Antunes Varela; nova edição revista e actualizada pelo Dr. Herculano Esteves), Coimbra Editora, 1979
- BARROS, João Miguel, Sistema Judiciário Anotado, 2.ª ed., AAFDL, 2017
- BRITO, Wladimir, Teoria geral do processo, Almedina, 2019
- CASTRO, Artur Anselmo de, Direito processual civil declaratório, 3 vols., Almedina, 1981-1982
- FARIA, Paulo Ramos de / LOUREIRO, Ana Luísa, Primeiras notas ao novo Código de Processo Civil, vol. I (2ª ed.), Almedina, 2014
- FREITAS, José Lebre de
- A ação declarativa comum à luz do Código de Processo Civil de 2013, 4ª ed., Gestlegal, 2017
 - Introdução ao processo civil: Conceito e princípios gerais à luz do novo Código, 4ª ed., Gestlegal, 2017
 - / ALEXANDRE, Isabel, Código de Processo Civil anotado, vols. I (4ª ed.) e II (4ª ed.), Almedina, 2018-2019
- GERALDES, António Santos Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe Pires de, Código de Processo Civil anotado, vol. I, 2ª ed., Almedina, 2020
- MARQUES, João Paulo Remédio, Acção declarativa à luz do Código revisto, 3ª ed., Coimbra Editora, 2011
- MENDES, João de Castro, Direito processual civil, vols. I e II, AAFDL, 1986-1987
- PIMENTA, Paulo, Processo civil declarativo, 2ª ed., Almedina, 2017 (reimpr. 2018)
- PINHEIRO, Luís de Lima, Direito Internacional Privado – III/I – Competência Internacional, 3.ª ed. refundida, AAFDL, 2019
- PINTO, Rui, Código de Processo Civil anotado, vols. I e II, Almedina, 2018
- REGO, Carlos Francisco de Oliveira Lopes do, Comentários ao Código de Processo Civil, vols. I e II, 2ª ed., Almedina, 2004
- REIS, José Alberto dos
- Código de Processo Civil anotado, vols. I a VI, Coimbra Editora, 1948-1953;
 - Comentário ao Código de Processo Civil, vols. I a III, Coimbra Editora, 1960, 1945 e 1946
- RODRIGUES, Fernando Pereira, Noções fundamentais de processo civil, 2ª ed., Almedina, 2019
- SOUSA, Miguel Teixeira de
- As partes, o objecto e a prova, Lex, 1995;
 - Estudos sobre o novo processo civil, 2ª ed., Lex, 1997;
 - Introdução ao processo civil, 2ª ed., Lex, 2000
- VARELA, João de Matos Antunes/ BEZERRA, J. Miguel / NORA, Sampaio e, Manual de processo civil, 2ª ed., Coimbra Editora, 1985
- XAVIER, Rita Lobo / FOLHADELA, Inês/CASTRO, Gonçalo Andrade e, Elementos de direito processual civil (Teoria Geral / Princípios / Pressupostos), 2ª ed., Universidade Católica Editora, 2018